

Representantes do Movimento pela Previdência Sustentável – MPS, que nasceu há pouco mais de um mês para lutar contra a proposta da Subsecretaria da Previdência de proibir investimentos dos RPPS em Fundos de Participações (FIPs) e em FIDCs abertos, irão se reunir amanhã, terça-feira, em São Paulo, para tirar um posicionamento conjunto à ser encaminhado oficialmente ao governo. No encontro, a ser realizado no Hotel Trip, além de definir as linhas do documento a ser encaminhado oficialmente ao governo, as lideranças do movimento farão um balanço da última audiência realizada em Brasília, na quarta-feira passada, com o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida.

Segundo um dos participantes do MPS, Celso Steremberg, a ideia de encaminhar um documento oficial ao governo surgiu após o encontro com Mansueto Almeida, que teria sido francamente favorável às ideias do movimento. Entre outros pontos, o MPS irá defender no documento a ampliação dos investimentos dos RPPS em ativos de mais risco ao invés de novas proibições. “Com a queda das taxas de juros, a única forma dos institutos baterem suas metas atuariais é através de mais risco nas carteiras e não de restrições absurdas”, diz. “O secretário entendeu perfeitamente nossa posição”.

Ainda de acordo com Steremberg, foi explicado a Mansueto Almeida a importância das entidades previdenciárias na viabilização dos investimentos na área de infraestrutura, uma das principais pautas do governo. No mundo inteiro, esse tipo de investimentos passa pelas entidades previdenciárias, porém as propostas da Subsecretaria da Previdência dificultam esse processo. “A proposta da subsecretaria canaliza cada vez mais os investimentos dos RPPS para os títulos públicos, cuja rentabilidade está em queda. Logo, os RPPS estarão todos deficitários por não poderem investir em ativos alternativos”, analisa.

O MPS surgiu há pouco mais de um mês, com pouco mais de duas dezenas de entidades e empresas apoiadoras. Na segunda reunião, que contou já com 47 participantes, o MPS redigiu e divulgou um manifesto pedindo que as entidades e empresas que atuam no segmento fossem mais ouvidas antes da tomada de decisões relativas aos limites de investimentos dos RPPS. “Enquanto gestores de ativos, profissionais e independentes, cujo patrimônio sobre gestão representa cerca de R\$100 bilhões, nunca (fomos) admitidos para participação em debates acerca das mencionadas mudanças, ocorridas e pretendidas”, reclama o manifesto.

Atualmente, 92 entidades apoiam o MPS, incluindo institutos de previdência, entidades de classe, gestores independentes e gestores ligados a bancos de investimento, empresas de consultoria de investimentos e de consultoria atuarial. “O apoio ao MPS está crescendo rapidamente, a proibição dos investimentos em FIPs e FIDCs é uma pauta que mobiliza o sistema”, analisa um dos gestores que atuam no segmento.

Fonte: [Investidor Institucional](#), em 07.08.2017.